

PRAXIS E EDUCAÇÃO

Olinda Maria Noronha
Centro Universitário Salesiano
de São Paulo – UNISAL
(Americana-SP)

RESUMO: O artigo procura retomar a categoria práxis como central no interior do materialismo histórico-dialético para o entendimento e superação das perspectivas do teorismo e pragmatismo na busca de uma compreensão unitária da educação.

Palavras-chave: práxis e educação; marxismo e educação.

ABSTRACT: The práxis article looks to retake the category as central in the materialism for the perspective agreement and overcoming theoricism and pragmatism in the search of a unitária understanding of education.

Key-words: práxis and education; marxism and education

A possibilidade de produção de uma praxis distinta daquela que é provocada pelos mecanismos de intervenção educativa sob a ótica da perspectiva subordinada à lógica restrita da produção capitalista é gerada pelo próprio modo de produzir os bens materiais necessários à sobrevivência e à reprodução de determinado grupo e, pelas contradições que estas mesmas práticas geram no meio onde são desenvolvidas e atuam. No entanto a simples oposição que gera certa resistência às situações inovadoras (que possam potencializar uma ação transformadora), não significa que as pessoas de um determinado grupo tenham alcançado uma forma de compreensão (consciência teórica) de sua ação. Se partirmos do pressuposto de que o processo de construção do trabalho intelectual e de compreensão da realidade se dá pela mediação da prática material e não por revelação, os conteúdos e as formas de organização dos mesmos como componente de reprodução do grupo não podem ser alterados apenas pela difusão de outras idéias, ou pela tentativa de dissolução na auto-consciência (vertente psicologista da modernização das mentes). Somente por meio de um projeto de ação crítico-prática realizado nas e pelas relações sociais objetivas por meio das mediações educativas, torna-se possível ocorrer a possibilidade de uma transformação que desatrele as pessoas de uma noção de progresso reduzido a um produtivismo estreito que visa atender ao processo de auto-expansão do capital. A esse respeito é interessante lembrar as considerações de Marx quando afirma que

(...) “a história não chega a dissolver-se na “autoconsciência”, encontra em cada estágio um resultado material, uma força de forças produtivas, uma relação histórica dos homens com a natureza e entre si que são transmitidos a cada geração por aqueles que a precede, uma massa de forças produtivas, de capitais, de circunstâncias que, por um lado, é modificada pela nova geração, mas que, por outro lado, lhe atribui as suas próprias condições de existência e lhe dá um determinado desenvolvimento, um caráter especial; por consequência, as circunstâncias moldam os homens, do mesmo modo que os homens moldam as circunstâncias” (MARX, 1975, p.57).

Decorre daí que o esforço para transformação da realidade dos sujeitos históricos não pode ser reduzido a projetos de difusão de inovações que visam apenas modernizar as atitudes e os comportamentos a partir de uma perspectiva produtivista unidimensional e adaptativa ligadas à lógica do capital. Se não são alteradas as relações concretas desta forma de *industrialismo excludente e desigual* (em que os homens são educados de modo unilateral e polivalente) o esforço pedagógico realizado por meio das formas de intervenção educativa torna-se limitado, uma vez que o que educa é a prática em suas relações concretas. Para que se torne possível historicamente a construção de um outro *industrialismo, de tipo orgânico*, em que os homens sejam educados de forma omnilateral e politécnica, tendo como objetivo a união entre trabalho e educação no sentido de síntese epistemológica entre o particular e o universal, torna-se necessário um outro tipo de mediação educativa e de formação do educador que tenha como fundamento a unitariedade teórica e epistemológica de construção do conhecimento.

A compreensão de que é necessário construir nas próprias condições históricas objetivas as possibilidades históricas de sua superação, reitera o vigor do referencial clássico de análise da realidade histórica do capitalismo, recolocando a questão metodológica de que não se trata de inventar um “novo campo disciplinar” para estudar cada questão que a transformação da prática histórica concreta coloca, ou de formar profissionais que aprendam somente a executar os programas que chegam até a sala de aula, oriundos da oscilação das políticas educacionais.

O desafio de formar um educador que seja capaz de colaborar na construção de conhecimentos socialmente significativos, como uma síntese entre as experiências e o conhecimentos produzidos nas condições sociais e culturais dos processos de vida e de trabalho dos educandos e os conhecimentos universais elaborados pelo conjunto da humanidade, torna-se central em uma proposta de formação. As respostas a este tipo de formação inscreve-se na tradição marxista e gramsciana de uma filosofia da práxis. Pois somente uma filosofia da práxis pode realizar esse movimento permanente de articulação das vivências do senso comum e o do saber elaborado tendo como objetivo a superação da consciência ingênua e naturalizada.

Como já observava Gramsci a esse respeito,

“Uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em uma atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E, portanto antes de tudo, como crítica do “senso comum” (e isto após basear-se sobre o senso comum para demonstrar que “todos” são filósofos e que não se trata de introduzir ex-novo uma ciência na vida individual de “todos”, mas de inovar e tornar “crítica” uma atividade já existente)”(GRAMSCI, 1981, p. 18).

Este desafio apontado por Gramsci de *“tornar crítica uma atividade já existente”* exige que a formação do educador tenha uma sólida base teórica e epistemológica para que este possa ter condições de realizar o movimento permanente entre o particular e o universal, entre a estrutura e a conjuntura, entre a parte e o todo como elementos de uma totalidade histórica, e não como instâncias autonomizadas pela visão fragmentada de mercado e de suas ideologias naturalizantes e desistoricizadas. Estas tendem a reduzir a formação do educador a uma perspectiva subordinada às noções de competências que visam os resultados no mundo da “mercantilização das mercadorias” e a prática pedagógica a um tipo de ativismo

pedagógico que reduz a educação a um fenômeno de adaptação e de resolução de problemas tópicos que vão surgindo no cotidiano (que coincide com as recomendações dos organismos multilaterais para a educação dos países pobres: “aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser, aprender a conviver”).¹

A ruptura tanto com o teorismo de uma formação acadêmica distante da realidade sócio- histórica quanto com o ativismo e do pragmatismo pedagógico que não consegue superar o mundo do sendo comum, por mais bem intencionado que seja, exige a retomada da “categoria práxis” como fundamento da formação e da ação transformadora no plano histórico-social.

É com este objetivo que é retomada aqui a explicitação dos fundamentos da categoria praxis desde sua concepção histórica, como também de seus elementos constitutivos uma vez que esta categoria contém as outras categorias da prática social.

Toda a filosofia anterior a Marx não considerava a influência da atividade humana sobre o pensamento, movendo-se fundamentalmente entre duas posições antagônicas: ou a de um realismo acrítico, que postula um objeto “em si”, e se perguntava como o sujeito pode chegar a um conhecimento adequado do objeto (primazia do objeto), ou a de um criticismo não-realista, que considera o sujeito como algo independente da realidade objetiva e investiga as vias e formas mediante as quais se chega ao conhecimento (primazia do sujeito). (cf MARCOVIC, 1968, p. 15-34)

A filosofia marxista não toma como ponto de partida nem o objeto em si, nem o sujeito abstrato, mas a atividade prática social dos indivíduos concretos e historicamente dados.

Na Primeira Esse sobre Feuerbach Marx sintetiza sua crítica ao materialismo vulgar empreendido até então ao afirmar que o limite essencial que existe em todas as formas anteriores do materialismo é a incapacidade destas para conceber o homem como um ser ativo e criador. Até à concepção de Feurbach, o homem era visto como homem em geral, uma espécie humana abstrata, considerada fora das relações sociais concretas que se modificam no curso da história; um ser contemplativo. Para Marx, ao contrário, a raiz do homem é o homem mesmo. Seu suposto é a atividade prática do homem concreto e empiricamente dado, sob certas condições vitais historicamente determinadas:

“São os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam com essa realidade que lhes é própria seu pensamento e os produtos desse pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.” (MARX, 1965, p. 22).

O conceito de praxis e, em relação a ele, o de trabalho e de produção pode ser definido como uma atividade social conscientemente dirigida a um objetivo. O homem por exercer trabalho físico, produção, participação ativa em diferentes formas de vida social, desenvolvem uma prática material. Esta praxis material por sua vez é constituída de elementos subjetivos tais como a produção e a interpretação das percepções, emoções, a educação dos próprios sentidos, a seleção, o estabelecimento de valores, as operações mentais e demais formas de respostas dadas à realidade. A educação, portanto é um dos elementos constitutivos da praxis material e como tal deve ser apreendida.

¹ A esses respeito ver estudo que trata das políticas educacionais atuais de nossa autoria: NORONHA, Olinda Maria. *Políticas Neoliberais, Conhecimento, Educação*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2002.

A práxis, portanto engloba certas categorias fundamentais tais como: transformação do meio natural em que vive o homem (conquista e humanização da natureza, modificação, supressão e criação de objetos, transformação das condições naturais da vida humana); criação de distintas formas e instituições da vida humana – das interações, comunicação mútua e trabalho cooperativo e associativo. A luta pela sobrevivência leva à transformação das condições sociais da vida humana que é ao mesmo tempo autocriação e criação coletiva do homem.

Torna-se necessário ainda, ao tratar do conceito de praxis, incluir a definição de trabalho e de produção. Para Marx o trabalho pode definir-se como um caso especial de praxis: atividade social que não é só consciente e tende a um objetivo e que se caracteriza pelo emprego de esforços consideráveis e duradouros tendentes a superar obstáculos e pela tendência mediata ou imediata de transformação do mundo. Para que uma atividade conscientemente dirigida a um fim possa ser considerada trabalho deve incluir dois fatores do momento da atividade da mesma: o “objeto do trabalho” e os “meios do trabalho”.

“Os elementos componentes do processo de trabalho são: 1) a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho” (MARX, 1980, p.202).

A produção seria então uma forma especial de trabalho: o trabalho que conduz de forma direta à criação de determinados objetos (não consiste pois em uma atividade qualquer).

Por conseguinte, a adoção da categoria praxis como ponto de partida e como condição de superação das perspectivas teoricista e ativista seja na construção do conhecimento seja no momento de sua difusão através das práticas pedagógicas, tem a vantagem de que todas as outras categorias-chaves estão nela contidas e podem ser desenvolvidas a partir dela. Não se pode chegar à compreensão dos objetos materiais se o ponto de partida é representado pelas funções apriorísticas do entendimento e dos conceitos como entes puramente mentais, independentes da experiência e do mundo objetivo. O pragmatismo em seu aspecto subjetivista e irracionalista, parte da atividade prática, mas concebendo esta sob a perspectiva estreita da atividade individual e utilitarista.

As próprias categorias de sujeito e objeto podem ser deduzidas do conceito de praxis. Os objetos são, tanto lógica quanto temporalmente, anteriores a toda praxis. No entanto só podemos saber algo daqueles objetos que transformamos praticamente, que temos convertido de “coisas em si” em “coisas para nós”. Todos nossos conhecimentos, contudo, concernem à natureza humanizada, e àquela porção do nosso mundo sobre a qual logramos exercer um controle prático.

Cada passo dirigido à apropriação da natureza pelo homem significa a superação dos limites da indeterminação: as “coisas em si” se convertem em “coisas para si”.

O conceito de praxis implica também necessariamente o conceito de sujeito. Uma atividade consciente, dirigida a um objetivo, supõe um ser consciente de si mesmo, da matéria e o meio de sua atividade e do fim que deseja alcançar. No conceito de Marx encontramos um homem criador, que não só recebe impressões, mas que também as elabora, as interpreta, correlaciona, antecipa acontecimentos, esboça imagens e conceitos de objetos por produzir-se, cria formas e relações simbólicas para aplicações futuras. O sujeito dentro do conceito de

praxis é, por definição, um ser social. Sua manifestação de vida, ainda que não apareça sob a forma direta de uma manifestação de vida comum, que se desenvolve juntamente com outros indivíduos, é, no entanto, uma manifestação e confirmação da vida social. Ao mesmo tempo em que, através do exercício de sua atividade o homem se apropria dos objetivos exteriores, os pensa e valora, se objetiva a si mesmo.

A passagem da indeterminação à determinação, da “coisa em si” para “coisa para si” corresponde à passagem da “praxis utilitária” à “praxis revolucionária”; do “senso comum” à “consciência filosófica”. A esse respeito, Kosik afirma que

(...) “o impulso espontâneo da praxis e do pensamento para isolar os fenômenos, para cindir a realidade no que é essencial e no que é secundário, vem sempre acompanhado igualmente espontânea percepção do todo, na qual e da qual são isolados alguns aspectos, embora para a consciência ingênua esta percepção seja muito menos evidente e muitas vezes imatura. Os fenômenos e as formas fenomênicas das coisas se reproduzem espontaneamente no pensamento comum como realidade (a realidade mesma), porque o aspecto fenomênico da coisa é produto natural da praxis cotidiana. A praxis utilitária cotidiana cria o “pensamento comum”. O pensamento comum é a forma ideológica do agir humano de todos os dias. Todavia, o mundo que se manifesta ao homem na praxis fetichizada, no tráfico e na manipulação, não é o mundo real, é o mundo da aparência. A representação da coisa não constitui uma qualidade natural da coisa e da realidade. É a projeção na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas petrificadas. A distinção entre o mundo da aparência e o mundo da realidade, entre a praxis utilitária cotidiana dos homens e a praxis revolucionária da humanidade” (KOSIK, 1980, p.15).

O processo de desnaturalização da realidade fenomênica que tende a fixar o mundo mercantilizado como sendo algo natural e esperado, contra o qual não se pode fazer nada nem no âmbito teórico-epistemológico nem no prático torna-se possível pela perspectiva dialética.

(...)“A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade... o pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir e concreticidade é ao mesmo tempo um processo no curso do qual sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real. A destruição da pseudoconcreticidade – que o pensamento dialético tem de efetuar – não nega a existência ou a objetividade daqueles fenômenos, mas destrói a sua pretensa independência” (KOSIK, 1980, p.15-16).

Esta destruição da pseudoconcreticidade equivale para Gramsci ao momento da “catarsis” em que o domínio das estruturas de dominação e da práxis reiterativa ou repetitiva torna-se em instrumento de uma nova forma ético-política e em fonte de novas iniciativas.

“Pode-se empregar a expressão ‘catarsis’ para indicar a passagem do momento puramente econômico (ou egoísta-passional) ao momento ético-político, isto é, à elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa também passagem do objetivo ao subjetivo e da ‘necessidade de liberdade’. A estrutura da força exterior que subjuga o homem assimilando-o e tornando-o passivo transforma-se em meio para a liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em fonte de novas iniciativas. A fixação do momento ‘catártico’ torna-se assim(...) o ponto de partida de

toda a filosofia da práxis; o processo catártico coincide com a cadeia de sínteses que resultam do desenvolvimento dialético”(GRAMSCI,1981, p.53).

Resta ainda discutir nestas reflexões, o caráter de não linearidade do exercício da atividade prática transformadora do homem. De acordo com as considerações de VAZQUEZ é possível falar “falar de níveis diferentes da praxis, de acordo com o grau de penetração da consciência do sujeito ativo no processo prático e com o grau de criação ou humanização da matéria transformada evidenciado no produto de sua atividade prática. Distinguimos por um lado a “praxis criadora” (reflexiva) e a “reiterativa” ou imitativa (espontânea) por outro. Essas distinções de nível não eliminam os vínculos mútuos entre uma e outra praxis, eles se dão no contexto de uma praxis total, determinada por sua vez por um tipo peculiar de relações sociais. Por isso, o espontâneo não está isento de elementos de criação e o reflexivo pode estar a serviço de uma praxis reiterativa, visto que o sujeito e o objeto se apresentam em unidade indissolúvel na relação prática”(VÁZQUEZ,1977, p.245-259).

Neste contexto vale ressaltar que a experiência espontânea de vida é um momento de grande significação pedagógica, uma vez que este saber espontâneo não está isento de elementos de criação. Pode, inclusive, sob a forma de praxis reiterativa constituir um elemento de resistência e de defesa contra a manipulação cultural (via difusão e padronização ideológica) de um determinado grupo, gerando mesmo a possibilidade do confronto e da reelaboração crítica da situação dada. A praxis reiterativa pode representar um obstáculo à difusão e ocupação de um espaço através dos programas de difusão de inovações e das propostas de intervenções sociais num determinado meio, sob condições também determinadas.

Esse tipo de possibilidade de desenvolvimento de uma práxis reiterativa coincide com o pensamento de Marx ao refletir sobre o modo como os homens manifestam sua vida:

(...) “o modo pelo qual as pessoas manifestam sua vida reflete muito exatamente o que elas são. Tal modo de ser coincide com sua produção, tanto com o que produzem como com o modo pelo qual produzem. O que as pessoas são depende, portanto, das condições materiais de sua produção”(MARX, 1965, p.15).

Retomando o pensamento de VÁZQUEZ a esse respeito, vamos encontrar a **tensão dialética** que se dá no plano histórico social onde se articulam teoria e prática, reflexão e ação, que através da mediação do educador fecundam-se mutuamente reconstruindo a história.

Assim se expressa Vázquez sobre esta tensão dialética:

(...) o homem não vive num constante estado criador. Ele só cria por necessidade, cria para adaptar-se a novas situações ou para satisfazer novas necessidades. Repete, portanto, enquanto não se vê obrigado a criar. Contudo, criar é para ele a primeira e mais vital necessidade humana, porque só criando, transformando o mundo o homem faz o mundo e se faz a si mesmo. Assim, a atividade fundamental do homem tem um caráter criador; junto a ela, porém, temos também como atividade relativa, transitória aberta à possibilidade e necessidade de ser substituída, - a repetição”(VÁZQUEZ,1977, p.248).

Num certo sentido, podemos dizer, sem relativizar o conceito de praxis, que a praxis reiterativa manifesta componentes da criação (uma vez que uma se relaciona dialeticamente à

outra): na medida em que cria, sob a forma de resistência a possibilidade de reprodução de uma forma de saber necessário e orgânico de um determinado grupo.

A atividade prática criadora não pode ser concebida como uma série contínua de atos de consciência que tenham de traduzir-se em outra série, também contínua - de atos materiais que se sucedem no processo prático na mesma ordem em que se deram na consciência. A consciência estabelece – poderíamos dizer – uma finalidade aberta, ou um projeto dinâmico, e justamente por essa abertura ou dinamismo, há de permanecer também ela, aberta e ativa ao longo de todo o processo.

“Na praxis imitativa estreita-se o campo do imprevisível. O ideal permanece imutável, pois já se sabe por antecipação, antes da própria realização, o que se quer fazer e como fazer. (...) Enquanto “na praxis criadora cria-se também o modo de criar”, na atividade reiterativa não se inventa o modo de fazer. “Seu modo de transformar já é conhecido, porque já foi criado antes” (VÁZQUES, 1977, p. 258).

Os enfrentamentos com a realidade bem como os desafios postos historicamente colocam continuamente a necessidade de avaliar os acertos e os desacertos, de manter certas práticas e de criar outras na tensão permanente entre teoria e prática; entre as mudanças no plano do conhecimento e no âmbito histórico-social.

A tensão dialética entre práxis imitativa ou reiterativa e práxis criadora pode ser assim compreendida em suas relações de mútua determinações históricas:

(...) A praxis imitativa ou reiterativa tem por base uma praxis criadora já existente da qual toma a lei que a rege. Esse lado negativo, porém, não exclui um lado positivo que é, ampliar o já criado. Mas por positiva que seja a praxis reiterativa do homem uma determinada circunstância, chega um momento em que tem de ceder caminho --no mesmo campo de atividade – a uma praxis criadora. Em virtude da historicidade fundamental do ser humano, o aspecto criador de sua praxis é o determinante” (VÁZQUEZ, 1977, p.258).

É no interior destas relações que são constituídas tanto a ação pedagógica difusionista de uma prática baseada em uma perspectiva modernizadora de mundo com características produtivista, quanto o seu contrário, a prática da resistência e de criação que privilegia formas e expressões econômicas, sociais e culturais oriundas da praxis criadora e/ou reiterativa de grupos determinados, que deveriam ser mediados pela escola e pela ação crítico-prática do educador. O sentido ético-político da ação pedagógica pode ser, portanto trabalhado pela mediação da educação, não como apologia de uma manutenção destes grupos na “sua cultura autêntica”, mas como resistência às tentativas de uniformização ideológica, de neutralização de tensões e de esvaziamento das organizações que surgem no próprio processo contraditório das práticas dos homens ao produzirem e serem produzidos.²

A necessidade da mediação da educação para potencializar a construção de conhecimentos socialmente significativos no âmbito da práxis retoma o papel da escola como o *locus* fundamental de articulação entre teoria e prática. Articulação esta que não pode ser pulverizada na sociedade em geral realizado pelas experiências fragmentadas subordinadas à lógica produtivista da atual forma histórica do capitalismo que reduz a educação à

² Recomenda-se a leitura do trabalho de nossa autoria: NORONHA, Olinda Maria. “Vivência e Práxis: relações dialéticas”. In: *Para Aprender no Ato*. Luzia Mara Silva Lima e Ligia Pizzolante Liske (orgs) São Paulo, Editora Agora, 2004.

formação de competências e adaptações exigidas pelo mercado. Retoma também a formação do professor tanto do ponto de vista teórico e epistemológico quanto dos processos de trabalho de ensino e aprendizagem para que este possa trabalhar e realizar com os alunos de modo permanente e profundo as articulações entre a práxis fragmentária do senso comum e uma práxis orgânica onde se fundem os conhecimentos do cotidiano e o conhecimentos elaborados de modo a garantir a construção de um saber unitário como síntese dos conhecimentos particulares e universais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GRAMSCI, Antonio. *A Concepção Dialética de História*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 4ª. Edição, 1981.
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª. Edição 1969.
- MARKOVIC, Mihailo. *Dialectica de la Práxis*. Argentina, Amorroutu, 1968
- MARX, Karl. *O Capital* (Crítica da Economia Política) Livro 1, vol.1 , Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 6ª. Edição, 1980.
- MARX, Karl. *A Ideologia alemã e Outros Escritos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
- MARX, Karl. *Textos Filosóficos*. São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1975.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Práxis*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª. Edição, 1977.